

CCOPAB

Centro Conjunto para Operaciones de Paz de Brasil
CENTRO SERGIO VIEIRA DE MELLO



Taller
Protección de
Mujeres en
Peacekeeping

Relatório Final

2014



RELATÓRIO FINAL

1. ALCANCE

O Governo do Brasil realizou um *Workshop* sobre Proteção de Mulheres em Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas, no Rio de Janeiro, Brasil, de 24 a 28 de Novembro de 2014. O objetivo do *Workshop* foi discutir aspectos relevantes com relação aos instrumentos normativos, estruturas no terreno e procedimentos dos *peacekeepers* para a proteção das mulheres da população local, além de buscar a participação de especialistas com o objetivo de compartilhar a sua experiência sobre o terreno.

2. PROPÓSITOS

O propósito do *Workshop* foi a coleta de informação de especialistas, atualização de conhecimentos e análise das medidas adotadas por Missões de Paz das Nações Unidas direcionadas à proteção de mulheres em área de missão. O objetivo foi discutir, entre os países convidados, quais foram as melhores práticas desenvolvidas e as oportunidades de melhoria em treinamento e execução de proteção de mulheres no contexto de proteção de civis (*POC*). O *Workshop* também responde a um compromisso assumido com a Associação Latino-americana de Centros de Treinamento para Operações de Paz (*ALCOPAZ*) e foi consequência das ações tomadas pelo Comitê Civil da entidade, presidido pelo Brasil, por intermédio do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (*CCOPAB*).

3. ANTECEDENTES

A proteção de mulheres em missões de paz é uma das principais preocupações da comunidade internacional. O Conselho de Segurança da ONU manifestou, de forma inequívoca, desde a Resolução 1325, a importância do tema e permanece firme em seu propósito de orientar a ONU na tomada de decisão e em melhorias de práticas que levem à efetiva proteção de mulheres em área de missões de Paz das Nações Unidas.



Por sua vez, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) e a ONU Mulheres desenvolveram uma série de normas e material de treinamento para que os Estados-Membros contribuintes com indivíduos e tropa e as mesmas operações de paz da ONU obtenham os níveis de operacionalidade necessários para o desdobramento e condução das tarefas relativas à proteção de mulheres.

Por fim, há muitas Operações de Manutenção da Paz da ONU que produzem orientações com foco na proteção de grupos vulneráveis, especialmente mulheres, como resultado da necessidade de prevenção da violência contra mulheres. Inclusive observa-se que grupos armados vêm empregando a prática de estupro como arma de guerra.

4. BLOCO 1 - BASES DOUTRINÁRIAS

a. Perspectivas de Gênero em Operações de Paz

1) Palestrante

Senhora NADINE GASMAN

2) Função

Representante do Escritório da Agência ONU MULHERES no Brasil.

3) Em sua apresentação, a senhora NADINE exaltou a data de 25 de novembro como o dia da eliminação da violência contra as mulheres, bem como a importância do gênero nas Operações de Paz, uma vez que as mulheres sofrem maiores ameaças que os homens. O primeiro passo é evitar que isto ocorra é preparar os integrantes das missões para evitarem situações que ponham as mulheres em risco. As mulheres e as meninas se encontram em condições de vulnerabilidade extrema em situações de conflito e pós-conflito pelo fato de serem mulheres. É responsabilidade do Estado e das Missões de Paz tomar as medidas necessárias para prevenir e punir a violência contra mulher, independentemente de quem a perpetue.

A palestrante mencionou que a igualdade de gênero não é apenas para as mulheres, e sim para todos, e que desde os anos 70 existem convenções, resoluções e tratados voltados para a proteção, defesa, garantia e segurança dos direitos das mulheres.

Foi perguntado, durante a apresentação, se havia alguma dificuldade da população muçulmana em aceitar as mulheres em situações de comando e se há uma estratégia para aumentar a participação das mulheres em países. A Sra. NADINE

respondeu que existe, mas que é importante mudar esta realidade. A primavera árabe serviu de exemplo, tendo em vista que homens e mulheres protestavam em igualdade de condições. É importante sempre questionar às mulheres sobre os assuntos que as envolvem. Ela também mencionou que já se passaram quase 15 anos da publicação da Resolução 1325 e que alguns países ainda não assumiram as suas responsabilidades no que os foi proposto. Os planos de ação para a implementação da Resolução 1325 são compromissos.

b. A proteção de mulheres no contexto da proteção de civis

1) Palestrante

Coronel JOSÉ RICARDO VENDRAMIN NUNES

2) Função

Comandante do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil.

3) A apresentação do Coronel VENDRAMIN teve como objetivo destacar os aspectos relevantes sobre a inserção do tema Proteção de Mulheres da população local na Proteção de civis em Operações de Manutenção de Paz (OMP) das Nações Unidas. Foi destacada a evolução das OMP, com atenção especial às missões na Somália, Ruanda, Bósnia e República Democrática do Congo. A proteção de civis está em destaque nas Nações Unidas e tem sido tema central dos principais mandatos das missões. Da mesma forma, a proteção de mulheres encontra-se ressaltada dentro da Proteção de civis, sendo que esta deve ser planejada diferentemente em cada missão, tendo em vista as diferenças de cada cenário. Foi mostrada a evolução das resoluções da ONU que abordavam o gênero e as estratégias para a sua implementação, a começar pela resolução 1325, que menciona a criação da Agência ONU Mulheres e do escritório do Representante Especial do Secretário Geral (SRSG) para Violência Sexual em conflito e estratégia de treinamento de gênero.

O conceito sobre proteção de civis pelo *DPKO* estabelece em um mesmo nível a proteção por meio do processo político, a proteção contra a violência física e a proteção através do estabelecimento de um ambiente protegido. Foi apresentada a evolução do material relativo ao treinamento de gênero nas missões de paz, onde se enquadram as diretrizes do *DPKO* integrando uma perspectiva de gênero ao trabalho da ONU nas OMP e a estratégia de futuro sobre gênero, e quais são as tarefas dos militares e policiais dentro deste ambiente.

Quando perguntado sobre como a ONU poderia atuar para que os efetivos policiais possuam o mesmo nível operacional dos componentes militares, o palestrante respondeu que, como o recrutamento e as tarefas dos dois componentes são diferentes, torna-se difícil estabelecer uma comparação. Uma outra questão foi de que forma a incorporação de mulheres nas Forças Armadas melhoraria na POC, o Coronel VENDRAMIN respondeu que, quando da elaboração do manual do Batalhão de Infantaria de Força de Paz da ONU, foi levantada a necessidade de haver uma equipe, composta essencialmente por mulheres, que deveria fazer a aproximação junto às mulheres da população local, e, desta forma, é fundamental a presença de mulheres militares para comporem tal equipe.

c. A proteção de mulheres: uma visão humanitária

1) Palestrante

Senhor CONOR FOLEY

2) Função

Consultor e Professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC).

3) O Sr. CONOR abordou o tema em questão esclarecendo o que são Conflitos Relacionados à Violência Sexual (CRSV) e esclareceu qual é o papel das Nações Unidas na POC. Foi dito que a violência sexual é usada para aterrorizar, intimidar e destruir a outra parte em conflito psicologicamente. As mulheres constituem a maioria dos refugiados e Pessoas Deslocadas Internamente (IDP). Algumas mulheres tornam-se soldados ou mensageiros, principalmente contra a sua vontade. O conflito destrói serviços sociais, como educação e saúde, bem como causa danos econômicos. Mulheres e crianças são as maiores vítimas do crime organizado.

Foi citado o uso das Assessoras de Proteção de Mulheres (WPA), designado pelo Conselho de Segurança em 2009, implantado em países com evidência de CRSV. Suas atividades na missão incluem monitoramento, análise e elaboração de relatórios sobre a violência sexual envolvendo as partes em conflito no que diz respeito às suas obrigações de prevenir e combater CRSV.

d. A participação de mulheres militares em operações de paz

1) Palestrante

General de Divisão LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA

2) Função

Force Commander da MINUSTAH entre 2011 e 2012.

3) Em sua apresentação, o General RAMOS ressaltou que as mulheres e os homens enfrentam e sofrem com o combate de maneira diferente e, portanto, também entendem a paz de forma diferente. Reconhecer e integrar estas diferenças em todos os aspectos das OMP é essencial para o êxito dos esforços das missões de paz. À medida que as atividades de manutenção da paz têm evoluído para um enfoque humanitário mais amplo, a mulher tem participado ainda mais das OMP.

As mulheres estão desdobradas em todas os componentes - policial, contingentes militares e civis - e tem trazido um efeito positivo nas OMP, tanto no apoio ao papel das mulheres na consolidação da paz, como na proteção dos direitos das mulheres, além de servir como modelo para a população local em sociedades patriarcais, fazendo valer seus direitos e participando do processo de paz.

O aumento de mulheres em OMP assegura a participação das mulheres locais nos processos pós conflitos, ajuda na comunicação com a sociedade em diversas situações, dentre as quais pode-se citar os processos eleitorais, de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) e de violência causada por gênero.

Perguntado se o Exército Brasileiro pretende aumentar a participação de mulheres em OMP, o General respondeu que sim, no entanto, pelo fato de ainda não haver Oficiais mulheres combatentes formadas na Academia, este número ainda é pequeno. A partir de 2017, a Academia receberá Cadetes mulheres, o que possibilitará um número maior de mulheres nas OMP na qual o Brasil participa.

e. A evolução histórica da proteção de mulheres

1) Palestrante

Coronel (URU) ROBERTO GIL DE VARGAS

2) Função

Ex-integrante de Missões de paz.

3) O Coronel GIL destacou toda a evolução histórica da proteção de mulheres, desde antes da Resolução 1325, até os dias atuais. Em um primeiro momento, foi falado sobre o impacto do conflito em homens e mulheres, as definições de gênero e as tarefas de cada um dos envolvidos. Em seguida, foi descrita toda a documentação que deu início à proteção de mulheres, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), até a resolução 2122 (2013). A partir deste ponto foi realizada uma cronologia

das OMP, abordando a participação da mulher, a criação da ONU Mulheres, as documentações produzidas pelo *DPKO* e pelo Departamento de Apoio ao Terreno (*DFS*), e os Códigos de Conduta – Disciplina.

f. A estrutura das missões de campo para a proteção de mulheres

1) Palestrante

Coronel (URU) ROBERTO GIL DE VARGAS

2) Função

Ex-integrante de Missões de paz.

3) Durante sua palestra, o Coronel GIL abordou a visão estratégica das OMP, sua doutrina, o planejamento atual, sua implantação e condução por parte das Nações Unidas. Além disso, foram ditas as Estratégias de Gênero, mostrando casos da Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (*MINUSTAH*) e da Missão das Nações Unidas para a estabilização do Congo (*MONUSCO*), fatos e números sobre a participação de mulheres em OMP e as perspectivas de seu emprego. Dentre as prioridades, a ONU enfoca a proteção de civis, seus conceitos e ações e ratifica que os governos anfitriões têm a responsabilidade de proteger seus cidadãos.

Dentro da estrutura da missão consta a existência de uma célula de gênero, pertencente ao componente civil, e com relação ao componente militar, há uma célula de gênero vinculada ao Chefe do Estado-Maior da Missão, e que se encontra vinculada ao U-1, responsável pela parte do pessoal da missão. No Manual do Batalhão de Infantaria de Força de Paz da ONU, há a previsão de uma célula de gênero no Grupo de Comando do Batalhão, onde se encoraja a presença de militares do sexo feminino.

g. A proteção de mulheres: aspectos culturais em missões de paz

1) Palestrante

Tenente Coronel (PMDF) CYNTHIANE MARIA DA SILVA SANTOS

2) Função

Policia da ONU no Timor Leste em 2002

3) Em um primeiro momento, a palestrante fez referência à estrutura da Polícia Militar no Brasil e como funciona o ingresso na mesma para as mulheres. A partir de então, foi explicado como um policial pode participar da missão e quais os motivos que os levam a querer participar de uma missão de paz. Deste ponto, a TC CYNTHIANE

apresentou como os aspectos culturais influenciam tanto a população, como os próprios *peacekeepers*. Foram destacados os conflitos que marcam a história recente do país hospedeiro, a destruição das instituições do Estado, os sistemas políticos desacreditados pela população e, por vezes, a pouca experiência democrática substantiva no país em questão, assim como a falta de mecanismos de orientação e instrumentos jurídicos de princípios democráticos e política.

O tratamento desigual para homens e mulheres, a obrigação das mulheres permanecerem confinadas em casa, impedindo seu acesso à educação, ao emprego e a reivindicar seus direitos são situações que ocorrem na maioria dos países em conflito. Cabe aos integrantes da missão impedir que tais fatos ocorram e que os responsáveis por violações aos direitos das mulheres sejam punidos exemplarmente, a fim de que não se torne uma prática normal na sociedade.

h. Conclusões Parciais

Após o primeiro dia de apresentações e debates, conclui-se parcialmente que a Resolução do Conselho de Segurança 1325 (2000) foi um marco importante na proteção de mulheres no mundo. Este documento expressa as intenções das Nações Unidas para que se extinga qualquer tipo de violência contra as mulheres, seja em áreas de conflitos ou não. Além disso, a criação da Agência ONU Mulheres que luta pela igualdade de gêneros e empoderamento das mulheres, caracterizou a importância que a ONU tem em defender os assuntos relativos à resolução 1325.

A presença das WPA ajuda as mulheres a participarem do processo de tomada de decisões em sociedades dominadas por homens, onde muitas vezes as mulheres e meninas encontram-se em situações de extrema vulnerabilidade pelo fato de serem do sexo feminino.

É responsabilidade dos Estados e das Missões de paz tomar as medidas necessárias para prevenir e sancionar a violência contra as mulheres, independente de quem as perpetue.

5. BLOCO 2 - TREINAMENTO

a. Treinamento para prevenção de abuso e exploração sexual

1) Palestrante

Capitão (URU) ANA LUCAS ILLESCAS e 1º Tenente (URU) CARINA DE LOS SANTOS GILOMÉN

2) Função

Integrantes da delegação Uruguiaia.

3) As palestrantes apresentaram um histórico da contribuição de seu país em OMP e da evolução da participação feminina dentro das Forças Armadas Uruguaias, e, conseqüentemente, em Missões de Paz da ONU. Treinamento para prevenção de abuso e exploração sexual ocorre junto com os demais temas relativos à Missão. Desta forma, o militar que será desdobrado na missão recebe todo o conteúdo da ONU previstos nos materiais de treinamento pré-desdobramento (*CPTM*). Este período é de 90 dias, sendo que nas primeiras quatro semanas os militares em função de comando vão para a Escola Nacional de Operações de Paz do Uruguai (*ENOPU*). No período seguinte, também de quatro semanas, é na Unidade a ser desdobrada, o conteúdo é passado aos demais pelos militares que receberam as instruções na *ENOPU*. Por fim, as tropas se reúnem e participam da última etapa de quatro semanas, onde põem em prática os aprendizados obtidos.

As palestrantes mencionaram experiências pessoais, inclusive a Capitão LUCAS comandou uma Companhia do Batalhão Uruguai na *MONUSCO* e relatou desafios enfrentados por ela e as facilidades e dificuldades em ser mulher e estar na linha de frente de uma companhia de infantaria. Na opinião das palestrantes, a presença da mulher facilita na aproximação à população local, especialmente às mulheres e crianças.

Nos debates, as palestrantes falaram sobre como foi o ingresso nas Forças Armadas. Segundo elas, houve vontade política por parte do Uruguai para que as mulheres pudessem integrar nas fileiras do Exército e, a partir da primeira mulher, deu-se início à mudanças culturais, tanto para os homens quanto para as mulheres, caracterizando um processo de via dupla.

b. TEMA I: OS MÉTODOS DE TREINAMENTO MAIS ADEQUADOS PARA A PROTEÇÃO DE MULHERES.

Nestas sessões, O CF (FN) SÉRVIO explicou o exercício e coordenou os trabalhos de grupo. Os grupos de trabalho responderam aos pedidos e os apresentaram na sessão plenária final.

Requisito 1. Os métodos de treinamento das Nações Unidas sobre proteção de mulheres são eficazes?

Segundo os grupos, os métodos de treinamento da ONU são eficazes, no entanto não são refletidos em sua plenitude no terreno, já que nem sempre as legislações

chegam até os agentes do nível tático, além de que o treinamento pode variar de acordo com o mandato da missão. Ocorreram melhoras nos últimos anos, através de normas e regulamentos para atualização e da conscientização sobre a vulnerabilidade da proteção da população civil. Uma solução seria a integração no treinamento entre civis, militares e policiais, em seus diferentes níveis de atuação.

Requisito 2. Como a capacitação técnica das mulheres pertencentes à Missão pode afetar na proteção das mulheres?

Na opinião dos grupos, A capacitação técnica afeta positivamente na proteção de mulheres. Quanto à proteção, se a mulher não tiver conhecimento do que fazer em caso de violência contra as mulheres, não há como protegê-las. Para obter a confiança da população, é fundamental responder com presteza. Deve ser feito um estudo para analisar o que cada missão quer das mulheres, e fornecer um treinamento individual para que estas possam lidar com a população local, abordando temas como negociação e técnicas de interrogatório. Por vezes, verifica-se que não há muitas mulheres preparadas para funções de chefia de células afetas à proteção de mulheres. Para isso, os altos escalões das Forças Armadas devem enfatizar a importância de preparar mulheres para desempenharem tais cargos.

Requisito 3. Como podem ser diminuídos os índices de violência contra as mulheres locais através do treinamento? É viável o treinamento de pessoal local?

Os grupos destacaram que desdobrando equipes multidisciplinares, compostas por psicólogos, assistentes sociais, médicos, além dos militares e policiais, nas missões, para que trabalhem com as mulheres locais, é uma alternativa para que se diminuam os índices de violência contra as mulheres locais. Fortalecer a capacitação em assuntos civis é uma maneira de ter eficácia na proteção de mulheres em países com diferenças culturais. A integração entre civis, policiais e militares é uma das chaves para o treinamento da população local, não só nos aspectos relativos a gênero, como também para os demais temas que favorecem à proteção de civis.

Requisito 4. Considerando que a missão desenvolveu uma estratégia de proteção de civis, como deve ser incluída a proteção de mulheres?

Nas apresentações, os grupos destacaram que é necessário identificar os problemas e depois desenvolver estratégias específicas para cada caso. Através da

consciência cultural em todos os níveis, especialmente o tático, da inclusão das mulheres nas equipes de trabalho e incluí-las no treinamento de proteção de civis, poderá ser possível atingir melhores índices relativos à diminuição da violência contra as mulheres. Uma sugestão apresentada é a presença de, no mínimo, uma mulher em cada *team site* nas OMP onde há observadores militares.

c. Conclusões Parciais

Após o segundo dia de debates e apresentações, conclui-se parcialmente que as determinações previstas em resoluções, regulamentos e demais documentos das Nações Unidas para a proteção de mulheres traz grande conteúdo e idéias relevantes para o fim que se destinam. No entanto, estas mesmas legislações não são vistas em sua plenitude no terreno, seja por desconhecimento da população local, culturas que não visualizam o empoderamento das mulheres, seja por erro de interpretação por parte dos integrantes da OMP. Para que esta falha seja corrigida, deve haver uma presença mais intensa dos *peacekeepers* para o cumprimento das tarefas previstas no mandato e nas demais regras.

A participação de equipes multidisciplinares como ferramenta para divulgação e fiscalização da proteção de mulheres mostra-se como uma possibilidade para que diminuam os índices de violência contra a mulher. Tal equipe deve envolver civis, militares e policiais e ser capaz de atuar em toda área de missão e agir energeticamente para reprimir eventuais atitudes não condizentes com as resoluções da ONU que tratam sobre proteção de mulheres

A presença das mulheres na tomada das decisões, como integrantes da missão e, principalmente, como parte da população local, é determinante para que se mude a mentalidade daqueles que não visualizam a mulher como parte de todo o processo que envolve aquela sociedade. Mulheres em posição de chefia – civil, militar ou policial - servem de exemplo não apenas para os demais *peacekeepers*, mas também para os locais.

6. BLOCO 3 – EMPREGO

a. Proteção de Mulheres na UNMIT

1) Palestrante

1º Tenente (PMESP) LÍGIA PINHEIRO

2) Função

Policia da ONU na *UNMIT* em 2011 e 2012.

3) A 1º Ten LIGIA, em sua apresentação, mostrou como se desenvolveu a Missão das Nações Unidas no Timor Leste (*UNMIT*). De início, foi abordado o histórico do país e todas as ocasiões em que a ONU se fez presente em suas intervenções ao longo dos tempos neste território. Segundo o mandato da *UNMIT*, deveriam ser intensificados os esforços na colaboração com os parceiros da missão para ajudar com a capacitação, o assessoramento, o desenvolvimento institucional e o fortalecimento das instituições do Timor Leste. Neste contexto, cabia aos policiais o controle da violência contra os civis e, principalmente, contra as mulheres.

Ainda que a palestrante tenha sido desdobrada no ano de 2011, ela relata que a presença feminina na missão, seja como parte do contingente policial, seja no componente civil, ainda era distante do que prescrevem as políticas de gênero da ONU. A sociedade local, de caráter patriarcal, foi adaptada gradativamente à presença feminina em posições de destaque.

Dentre os principais êxitos destacados pela palestrante estão a colocação de mulheres em posições de autoridade, exposição de pôsteres contra a violência sexual e a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

b. Proteção de Mulheres na UNOCI

1) Palestrante

Capitão-Tenente (T) GISELE DOS SANTOS ALVES

2) Função

Observadora Militar na *UNOCI* em 2013.

3) A CT (T) GISELE abordou a proteção de mulheres na Missão das Nações Unidas para a Costa do Marfim (*UNOCI*). Em sua apresentação, ela destacou o histórico do país, como que a *UNOCI* se estabeleceu, e as determinações do atual mandato, que salientam a presença da mulher na resolução de conflitos, a importância da participação e do seu envolvimento em todos os esforços para a manutenção e promoção da paz e segurança. Estas considerações constam no Plano de Ação Nacional, implementado em 2008.

De acordo com o mandato, o programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) deverá considerar os direitos e necessidades das categorias distintas de pessoas a serem desmobilizadas, incluindo mulheres e crianças. Quanto à

reconstituição das instituições de segurança, cabe à missão facilitar a realização de treinamentos em direitos humanos, proteção de crianças e proteção contra a violência sexual e contra a mulher para as instituições de segurança pública. No tocante à proteção dos direitos humanos, deve ser dada especial atenção às violações e abusos cometidos contra mulheres e crianças.

Uma das tarefas do mandato é apoiar os esforços do Governo no combate a violência sexual e violência contra a mulher, através da contribuição ao desenvolvimento de uma estratégia nacional em cooperação com entidades da ONU, provendo proteção específica para mulheres afetadas pelo conflito armado.

c. Proteção de Mulheres na UNMISS

1) Palestrante

Capitão (PMESP) RENATA DOS SANTOS CUNHA

2) Função

Policial da ONU na UNMISS em 2013.

3) Em sua apresentação, a Capitã RENATA explicou como que surgiu o Sudão do Sul e de que maneira a ONU intervém no país. Para fins estatísticos, foi citado que a população do país é de 50% de mulheres, sendo que 40% destas já sofreram alguma violência. De todos os cargos no Governo, as mulheres ocupam apenas 29% destas vagas.

A cultura local influencia muito na proteção das mulheres locais. Atos como o casamento infantil, a violência doméstica, sexual, física e psicológica e a dificuldade no acesso às escolas pelas mulheres são causas destes problemas. O sistema patriarcal, a lei baseada em costumes, a falta de conscientização e informação sobre os direitos das mulheres, a falta de apoio às vítimas e a falta de recursos e treinamentos para a polícia local apenas contribuem para que a violência se espalhe pelo país.

Cabe à polícia das Nações Unidas o apoio ao treinamento da polícia local. As metas a serem atingidas são a compreensão de que a mulher pertence a um grupo vulnerável, a proteção dos direitos humanos das mulheres e o tratamento diferenciado às mulheres vítimas de um crime e às mulheres presas ou em situação de custódia. Para tal, a UNPOL deve incentivar as denúncias de violência e desenvolver a confiança na polícia local.



A comunidade deve entender que as mulheres e os homens são iguais e devem ser tratados com a mesma dignidade e respeito. Todos devem ter conhecimento dos direitos da mulher e que elas devem ter participação nas decisões da comunidade.

Quando perguntada sobre como acontecia o acesso às reuniões de coordenação com os órgãos locais, levando-se em conta ser uma mulher, a Cap RENATA mencionou que os locais estavam acostumados com a missão e, por isso, ela era vista diferenciadamente. Contudo, para as primeiras mulheres desdobradas na missão, tal situação poderia ter sido diferente.

d. TEMA II: A PROTEÇÃO DE MULHERES NO TERRENO

Nestas sessões, o Maj BOLZAN explicou o exercício e coordenou os trabalhos de grupo. Os grupos de trabalho responderam aos pedidos e os apresentaram na sessão plenária final.

Requisito 1. Como a presença feminina na Missão ajuda na Proteção das mulheres no terreno?

Segundo os grupos, a presença feminina facilita o acesso às mulheres locais e à busca de informações no terreno, assim como atua como modelo ou referência a ser seguidas por sociedades patriarcais ou marcadas por desigualdades entre homens e mulheres. Ela amplia as perspectivas de gênero na tomada de decisões dentro da missão, além de facilitar o trato e a coordenação com as agências e órgãos governamentais para assuntos relacionados à proteção de civis e mulheres. Como integrantes de unidades militares ou policiais, a presença feminina constrange o comportamento dos integrantes masculinos, diminuindo as possibilidades de infrações e desvios de conduta.

Requisito 2. Quais seriam as estruturas de proteção de mulheres mais adequadas dentro da estrutura de uma missão?

De acordo com os grupos, quanto à estrutura organizacional, poderia ser desdobrado um Assessor de gênero da missão junto ao *SRSG*, além de um Assessor militar de gênero junto ao *Force Commander* e um Ponto focal militar de gênero junto aos setores e junto aos Batalhões, no intuito de assegurar a padronização dos treinamentos práticos dos diferentes países que compõem a missão na proteção de mulheres. Uma equipe multidisciplinar, composta por civis da área de saúde, de assistência social, além de policiais e militares, ajudaria na execução dos trabalhos.

Quanto à estrutura física, deve ser criado um canal de denúncias a ser utilizado pela população local, bem como instalações para atendimento sanitário em separado para mulheres, em particular nos campos de refugiados e de deslocados internamente.

Requisito 3. Como a cultura dos países hospedeiros afeta na proteção de mulheres?

Na opinião dos grupos, a cultura do país afeta diretamente a maneira de compreender o papel de homens e mulheres e no número de mulheres desdobradas na missão. Embora existam documentos e políticas voltadas para a proteção das mulheres, se a cultura do países contribuidores com tropa (TCC) não empodera as suas mulheres, estas legislações serão ignoradas, tornando difícil às partes interessadas identificar a violência contra as mulheres . A cultura do TCC pode dificultar o diálogo entre os participantes da missão e as mulheres locais.

Requisito 4. Como o componente civil, policial e militar, trabalhando integradamente, podem ajudar na Proteção de mulheres locais? Qual é o papel de cada um deles?

Para os grupos, o trabalho integrado entre os componentes ajuda na proteção de mulheres com a troca de informações sobre denúncias, coordenação de esforços de cada componente, definindo o papel de cada um, evitando esforços dobrados. A realização de campanhas de prevenção da violência contra as mulheres pode ser uma maneira eficaz de combater esta ameaça. O Componente civil, trabalhando direto com a população civil e as instituições locais, o Componente policial, com o treinamento e monitoramento das instituições de segurança, e o Componente militar, garantindo um ambiente seguro e estável, atuando em caso de violência física em cumprimento do mandato, é uma maneira de se empregar cada integrante da missão em sua função.

e. Conclusões Parciais

No encerramento do 3º dia de debates e apresentações, conclui-se parcialmente que, apesar de todas as políticas das Nações Unidas de desdobrar mais mulheres nos componentes civil, militar e policial, ainda não há um crescimento expressivo no número de participantes do sexo feminino nas missões. Tal situação pode ser resultado da adequação que os TCC têm feito em suas políticas nacionais, a fim de angariar maior número de mulheres para integrarem principalmente o componente policial e militar.

Foi destacado que a participação das mulheres no terreno é determinante para que se atinjam as mulheres locais vítimas de qualquer violência. Os exemplos das oficiais

que foram desdobradas no Timor Leste, Costa do Marfim e Sudão do Sul, três cenários diferentes um dos outros, mostraram que a aproximação com os locais deve ser feita de maneira integrada, com representantes dos três componentes e instituições locais.

7. CONCLUSÕES DO WORKSHOP

Depois de três dias de apresentações e trabalhos em grupo, a proteção de mulheres foi discutida entre os participantes do Brasil, Uruguai, Argentina e Equador, e se chegou às seguintes conclusões:

- As mulheres sofrem mais ameaças nos conflitos do que os homens. O primeiro passo para evitar estas ameaças é a preparação de equipes multidisciplinares destinadas a combater qualquer violência contra as mulheres.
- A natureza dos conflitos moderno tem gerado a necessidade de se combater a violência sexual e colocar as necessidades dos homens e mulheres em destaque, já que cada um destes sente o conflito de uma forma diferente.
- Conforme as Resoluções do Conselho de Segurança da ONU e as experiências adquiridas, um dos primeiros passos para o êxito da proteção de mulheres em OMP é a preparação dos militares e dos Contingentes que serão empregados.
- Na maioria das OMP, a Proteção de civis é um dos pontos centrais dos mandatos, e dentro deste escopo, inclui-se a proteção das mulheres.
- A participação de mulheres em OMP ainda é considerada muito baixa em comparação à participação masculina. Isso requer que o assunto seja cada vez mais discutido e as políticas de inclusão das mulheres sejam postas em vigor.
- De uma maneira geral, as Resoluções que tratam dos assuntos relacionados às mulheres estão sendo postas em prática, porém avanços ainda não são significativos. Desta forma, deve haver esforços para que cada vez mais os *TCC* enviem mulheres para as OMP.
- Foi citado o crescimento da importância dos Centros de Operações de Paz no sentido de disseminar ainda mais as políticas de inclusão das mulheres e as medidas de proteção delas em conflitos, pós-conflitos e em OMP.
- Foi observado que existem poucas mulheres exercendo o comando de OMP (de 17 OMP que estão ocorrendo no mundo, somente 05 são chefiadas por mulheres).
- Foi citada a importância de conhecer os aspectos políticos, econômicos e, principalmente, os sócio-culturais (Tratamento desigual entre homens e mulheres, mulheres com pouco acesso à educação e ao emprego, condenação de mulheres que não

“estão de acordo” com os “padrões” a serem seguidos, dentre outros) para que os *peacekeepers* saibam melhor lidar com assuntos de gênero e proteção de mulheres.

- Nas atuais OMP, mesmo com as inúmeras Resoluções do Conselho de Segurança da ONU, medidas de proteção e crescente conscientização de contingentes, ainda ocorrem sérios e graves violações dos direitos humanos e violência contra as mulheres e meninas em diferentes lugares do mundo.

- É importante incluir as necessidades específicas das mulheres nos processos de paz, como por exemplo, no programa de DDR.

- O apoio às mulheres nos processos políticos, na situação de votante até a situação de candidatas, pode garantir que estas tenham maior força dentro de suas comunidades.

- A importância da divulgação de informações sobre as medidas e processos de Proteção das Mulheres em Conflitos e Pós-conflitos cresce à medida que os resultados aparecem.

- Os estabelecimentos de ensino devem aumentar as diferenças de gênero em suas cargas horárias.

8. PARTICIPANTES

COMANDANTE DO CCOPAB

Coronel JOSÉ RICARDO **VENDRAMIN** NUNES

COORDENADOR DO WORKSHOP

Capitão de Fragata (FN) **SÉRVIO** CORRÊA DA ROCHA JÚNIOR

DELEGAÇÃO DO BRASIL

Coronel (FAB) **ANDERSON** CLAYTON FRANCISCO

Coronel **ÁTILA** GONÇALVES TORRES JUNIOR

Tenente-Coronel (FAB) GERSON APARECIDO **CAVALCANTI** DE OLIVEIRA

Major **IVANA MARA** FERREIRA COSTA

Major (FAB) **MARLY** DA SILVA DE CASTRO

Capitão-Tenente (T) **GISELE** DOS SANTOS ALVES

Capitão-Tenente (FN) MARCO ANTONIO **NEPOMUCENO** DA COSTA FILHO

Capitão-Tenente (FN) **ROBERTO** QUEIROZ PINTO

Capitão **ANA PAULA** DE ALMEIDA **CARDOSO**

Guarda-Marinha (T) TATHIANY BARROS **BONAVITA** DE ALMEIDA

DELEGAÇÃO DO EQUADOR

Capitão-de-Corveta **MARIA TERESA CASCANTE**

Major **MARIA ISABEL ARIAS LARSSON**

DELEGAÇÃO DO URUGUAI

Capitão **ANA LUCAS ILLESCAS**

1º Ten **CARINA DE LOS SANTOS GILOMÉN**

CONVIDADOS

Coronel **ROBERTO GIL DE VARGAS** – Uruguai

Tenente-Coronel **GONZALO JAVIER VILLAGRÁN** - Argentina

Sra. **RENATA GIANNINI** – Instituto Igarapé

Sra. **PÉROLA MOURÃO DE SOUZA SARDO DE ABREU PEREIRA** – Instituto

Pandiá Calógeras

Sra. **MARIA LARISSA SAILVA SANTOS** – Universidade de São Paulo

Sra. **VIVIAN FINGER KRAUSE** – Universidade Federal Fluminense

RELATÓRIO ESCRITO POR

Coronel **JOSÉ RICARDO VENDRAMIN NUNES**

Major **ROGÉRIO DE OLIVEIRA BOLZAN**

Capitão **JOSÉ RENATO GAMA DE MELLO SERRANO**

24 a 28 de Novembro de 2014

ITAIPAVA

RIO DE JANEIRO



DEFESA